

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE OPORTUNIZADA PELA INSTITUIÇÃO EM QUE DESENVOLVE A PRÁTICA PROFISSIONAL

ONESIMA PATRICIA MENDES DOS SANTOS

Universidade Estadual Do Ceará. E-mail: patymends@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo tem como temática a importância da formação continuada do docente mais especificamente aquela vivenciada ao longo da prática profissional e oferecida pela instituição na qual desenvolve seu trabalho. Investiga-se a relevância dessa formação in locus de professores para o desenvolvimento desse profissional.

O interesse pelo assunto se deu devido a experiências enquanto docente desde 2005, onde venho participando de formações continuadas ofertadas pela instituição em que atua como estagiária. Essa temática debate a importância que a ação desta prática tem para o desenvolvimento social desse trabalho bem como para a sociedade de um modo geral, uma vez que pode contribuir no trabalho dos educadores, ou mesmo, prejudica-los.

Em face da relevância da formação profissional do professor as problemáticas que moveram o estudo estão expressas nas seguintes perguntas: Quais são os objetivos da formação continuada in locus? Que contribuições para a práxis do trabalho dos professores podem ser geradas? Quais aspectos positivos e negativos encontrados no âmbito da formação continuada restrita a instituição de ensino?

Entende-se que o estudo da temática contribui de forma pedagógica para fornecer informações educativas sobre a temática em foco. É relevante para compreensão desta entendermos um pouco sobre a influência da formação continuada no trabalho dos professores, avaliando métodos, competências, ações, concepções

política e relacionando esse estudo com reflexões e visões previamente desenvolvidas.

Considerando essas preocupações o estudo teve como objetivo geral a análise da importância da formação continuada no espaço profissional. Para contemplar esse escopo desenvolveu-se os seguintes objetivos específicos: foram analisadas as concepções e evoluções históricas da formação de professores; e a maneira como a formação contribui no trabalho pedagógico dos educadores.

Na literatura, numerosos pesquisadores produziram estudos relacionados ao tema com reflexões, análises, problematizações e orientações que relacionam a formação profissional e a formação continuada. Esse trabalho visa pontuar as congruências e divergências explicitadas por: Francisco Imbernón (2010), TANURI, (2000), Ana Maria Costa e Silva (2000).

Aspectos históricos

Uma das primeiras iniciativas dedicadas ao preparo específico dos professores foram as escolas de ensino mútuo em 1820, que transferiram para a formação de educadores a ideia de instruir o pessoal docente as primeiras letras, ensinando o poder do método, ou seja, a forma prática de ministrar aula, sem bases teóricas.

A prática para o profissional é de extrema importância, mas a teoria complementa a prática do professor. Ou seja, as bases teóricas são importantes para que o educador conheça um pouco de didática, pedagogia, filosofia, sociologia dentre outros conhecimentos que o ajudam a contribuir significativamente no aprendizado e para tornar os educandos agentes críticos do meio em que vivem. No entanto, para a época não havia interesse de que a população fosse crítica e questionadora.

Durante o império em 1827 foi criada uma lei que regulamentava escolas de primeiras letras nas cidades e consagrou a instituição de ensino mútuo no Brasil. Após 1834 se ergueram as

escolas normais, que só seriam estabelecidas por atividades das províncias. No Brasil a primeira escola normal emergiu em 1835, e durou quatorze anos, deixando de existir devido à falta de interesse da população pelo magistério. Os fatores que contribuía para esse desinteresse se deram pelo fato de que a formação consistiu em um ensino limitado, com organização didática simples, poucos formadores na instituição, currículo e formação pedagógica básica e elementar, infraestrutura em péssimas condições, somados, ao principal motivo, os baixos salários, o que demonstrava desvalorização do profissional.

Em 1854 professores adjuntos são inseridos no sistema de aprendizes como auxiliares de professores em exercício, ou seja, uma formação prática de base teórica, muito parecida com o método de ensino mútuo. Como podemos perceber as escolas normais existentes no Brasil foram experiências fracassadas e rudimentares.

Apesar de malogrados, esses projetos evidenciam que o papel das escolas normais no desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino primário começava a ser reconhecido, o que também se depreende do empenho de praticamente todas as províncias na criação de estabelecimentos desse tipo, em flagrante contraste com o descaso de que foram alvo anteriormente. (TANURI, 2000, p.6)

Com a valorização das escolas normais há uma melhoria no currículo, junto a um acréscimo nos requisitos de participação e a introdução do componente feminino. O problema da falta da mão de obra para o ensino primário estava resolvido, mesmo não havendo melhoria no salário. E o formalismo que tornava o currículo diferenciado para os gêneros.

Isso foi um avanço, pois a mulher não tinha direito a estudar, mas o conteúdo permanecia diferenciado e diminuto onde se refletia o trabalho doméstico.

Se a escola normal for realmente uma instituição de preparo profissional do mestre, todos os seus cursos deverão possuir cará-

ter específico que lhes determinará a profissão do magistério. (VIDAL, 1995, p.13)

A visão de preparar o professor para o ensino, não só a técnica ou a prática, há também outros conhecimentos específicos já vistos anteriormente e que são necessários para docência. O curso de pedagogia foi criado em 1929, com a função de formar bacharéis e licenciados. A diferença de currículo de um para o outro é que os bacharéis atuavam como técnicos da educação e os licenciados atuavam na docência, neste último o currículo continha à disciplina obrigatória de didática.

Contudo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) não colaborou para que pudéssemos progredir com soluções inovadoras. Havendo uma limitação nos currículos, onde foi reduzido a quantidade de series. No entanto após 1962 o Conselho Federal de Educação veio a mudar esse cenário, propiciando avanços significativos para a formação de professor do ensino primário, tanto no currículo, como na garantia do profissional de pedagogia em exercer o magistério.

Muitos projetos foram lançados, a maioria deles com propostas parecidas com aquelas apresentadas pelo governo. No entanto, configura-se importante ressaltar a mais recente delas, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), já comentada anteriormente, mas com alterações significativas nos dias atuais.

O cenário encontrado na educação infantil eram educadores com somente o nível médio e a LDB trouxe mudanças no currículo, pois a partir dela esses cursos normais passaram a ser formação mínima, tornando assim o nível superior formação essencial para ser professor.

Essa mudança foi de extrema importância para o desenvolvimento da educação, pois com uma formação de nível superior os professores passaram a possuir mais embasamento teórico para ensinar, compreender e qualificar seus alunos.

Formação Continuada e seus Conceitos

A primeira formação vivenciada pelo educador ainda como educando é a formação inicial que acontece durante a graduação, a experiência prática acontece através dos estágios, momento onde os estudantes vivenciam a práxis sendo acompanhados pelos professores formadores.

Segundo Formosinho (1991, p.237), a formação continuada é sequencial a formação inicial, e claramente distinta desta, argumentando que o conceito de formação continua distingue-se essencialmente do de formação inicial não pelos conteúdos ou metodologias de formação, mas pelos destinatários, sendo que é oferecida a pessoas em condição de adultos, com experiência de ensino, o que influencia os conteúdos e as metodologias desta formação por oposição às da formação inicial oferecida geralmente a jovens sem experiência de ensino.

O professor passa por uma serie de desafios e exigências que comprometem o andamento qualitativo de sua aula, são tantas cobranças e atividades que o mesmo termina se afastando da prática reflexiva e deixando de lado as teorias aprendidas durante sua formação inicial. A instituição percebendo isso fornece formações continuadas ao docente de forma a contribuir no desenvolvimento da práxis profissional.

A formação continua de professores tem como principal papel propiciar ações de modernização e aprimoramento para o exercício docente com teorias e diálogos necessários para o desenvolvimento e observação de sua prática. Toda análise que fizemos deve ter como base o contexto histórico e social encontrado, ou seja, a realidade social do aluno, seja de escola pública ou particular, considerando situação de marginalização, agressividade, bem como o grupo de profissionais e a necessidade didática que este carece. Isso permite compreender e argumentar a atuação e a importância da reflexão para o crescimento profissional.

Ressaltamos também a importância da averiguação da atividade educativa, por intermédio da atualização do conhecimento, contribuindo para que seja planejada de acordo com a realidade de educador e educando. Essa é uma maneira de possibilitar a participação de forma mais qualitativa dos educadores no conteúdo do ensino e aprendizagem no âmbito da educação formal.

A formação contínua deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 2002, p. 38)

Esse acompanhamento contínuo é de grande relevância para o trabalho dos professores. Para que haja um avanço qualitativo da práxis, se faz necessário que esse processo seja planejado e adequado para as situações problemáticas encontradas pelo educando e educador, como também contribuindo de maneira reflexiva. Ou seja, esse é um processo de mediação entre teoria e prática que favoreça e estimule o professor a ser um sujeito inovador e investigativo da sua atividade educativa, não delimitando-se a um treinamento onde são dadas técnicas metodológicas para o educador trabalhar em sala de aula.

De acordo com o Decreto-Lei nº 344/89 de 11 de outubro (artigo 25º e 26º, nº1), a formação continuada é um direito e dever e tem como objetivos fundamentais o aperfeiçoamento da competência profissional dos docentes nos diversos domínios de sua atividade, incentivar os docentes a participar ativamente na inovação educacional e na melhoria da qualidade da educação e adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e modernização do sistema educativo.

Esses objetivos nos mostram a maneira como a formação contribui no trabalho pedagógico dos educadores dando importância ao aperfeiçoamento do conhecimento e da cultura do professor em sua realidade e prática de ensino junto aos seus alunos, havendo dessa forma um estímulo para que se faça a relação entre teoria e prática de modo reflexivo e autônomo, propiciando qualidade na ação.

Outro ponto importante é a modernização do sistema educativo, devido ao surgimento de novas tecnologias com recursos digitais diferenciados para melhorar, agilizar e facilitar o processo de comunicação. Dessa forma as formações vêm para reciclar esse docente que tem como preocupações diárias correção e construção de provas e atividades, planejamentos, reuniões dentre outras razões pedagógicas e financeiras que dificultam ao professor se inscrever e presenciar em cursos como estes.

A formação continuada tem como finalidade última o aperfeiçoamento pessoal e social de cada professor, numa perspectiva de educação permanente. Mas tal aperfeiçoamento tem um efeito positivo no sistema escolar se traduzir na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças. É este efeito positivo que explica as preocupações recentes do mundo ocidental com a formação contínua de professores. (FORMOSINHO, 1991, p.238)

Há muitos aspectos positivos que podemos identificar na formação continuada, no entanto, damos foco aquele que visa preocupar-se com o aprimoramento didático-pedagógico do docente, visto que quando se consegue fazer um paralelo entre teoria e prática e aplicar esse conhecimento no planejamento de sala de aula haverá mais reflexões contributivas na práxis. Dessa forma teremos um professor dinâmico, reflexivo e preocupado com o aprendizado de seus alunos de maneira qualitativa, com aperfeiçoamento de saberes e técnicas necessárias ao exercício de sua profissão.

A seqüência didática é outro ponto importante na formação, tanto inicial quanto continuada, para que haja uma integração e sintonia dos assuntos. Essa maneira organizada de trabalhar os

assuntos facilita a visualização e a análise reflexiva por assunto estudado, o que contribuirá para o planejamento.

A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando. A construção de dispositivos de (auto) formação assistida e participada, através da diversificação das modalidades de apoio e de consultoria, favorece a elaboração de projetos pessoais de formação. (NÓVOA, 2002, p. 39)

A formação continuada é também um momento de conversa e socialização de ações, experiências sejam elas positivas ou negativas, pois havendo essa troca há uma ajuda pedagógica, pois a realidade de um pode ser a mesma do outro e isso pode trazer bons resultados e contribuições pedagógicas. Havendo um momento como esse ganhará professor e formador, pois como o formador não está em sala, havendo essa conversa ele pode ajudá-lo a inovar suas ações.

Como ponto negativo ressaltamos o empobrecimento do material pedagógico fornecido por alguns formadores no processo contínuo. Ou seja, são utilizados os mesmos textos e pensadores para determinados assuntos. Outro aspecto ruim seria o fato de não haver um momento de reflexão e conversa sobre os temas trabalhados, pois a ausência destes dificulta o processo de comunicação e diagnóstico de dúvidas pertinentes, ou mesmo para perceber como os docentes estão resolvendo problemas similares do cotidiano.

Conclusão

Esse trabalho motivou a relevância da formação in locus de professores para o desenvolvimento desse profissional foi possível perceber que a formação inicial e continuada são de demasia importante para a continuidade do trabalho docente como também para a intensificação e aprimoramento da práxis.

Não significa dizer que os educadores devem se apoiar no trabalho dos especialistas para realizar seu planejamento e solucionar problemas de sala de aula. A formação continuada vai para além disso, pois o formador é mediador desse conhecimento e estimulador da prática reflexiva dos educadores.

Sugere-se que cada escola realize uma formação continuada, mesmo que sejam momentos vivenciados durante o planejamento, mas que seja de reflexão e socialização para o professor e que contribua significativamente para sua práxis.

Referências Bibliográficas

SILVA, Ana Maria Costa e. A formação continua de professores. Uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. *Educação e Sociedade*, p. 89-109.

TANURI, Leonor Maria. História e Formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. Universidade Estadual de São Paulo. nº 14, p. 61-193, 2000.

IBERNÓN, Francisco. *Formação continuada de professores*. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Artmed: Porto Alegre, 2010.

NÓVOA, António. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Educa – Lisboa, 2002.